



A fragmentação e dinâmica territorial de Anápolis (GO): resultados preliminares

Luan Filipe F Coelho^{1**} (PG)

Dr^a Janes S Luz² (orientadora)

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado- Universidade Estadual de Goiás (UEG) luangeografia@hotmail.com

² Doutora em Geografia, docente do Programa de Pós Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado- Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Resumo: A dinâmica territorial é cada vez mais objeto de estudo de historiadores, geógrafos e economistas, entre outros. No entanto, o território, ao ser fragmentado para atender interesses diversos, entre eles o do capital e do Estado, passa por transformações na estrutura política, econômica e social, que vão interferir de forma direta e indireta no cotidiano, na dinâmica e na logística tanto da gleba que foi fragmentada quanto do território que perde tal espaço. Com vista a ampliar as discussões sobre a fragmentação do território do município de Anápolis, este artigo tem por objetivo compreender a configuração territorial a qual o município foi submetido desde sua emancipação, bem como as relações que prevalecem entre o município de Anápolis e os formados a partir da fragmentação do seu território. O processo de fragmentação do município de Anápolis apresenta um paradoxo interessante para ser explorado, pois, a redução do território não influenciou, aparentemente, na sua trajetória econômica, social e política.

Palavras-chave: Geografia. Fragmentação territorial. Anápolis

Introdução

A dinâmica territorial é cada vez mais objeto de estudo de historiadores, geógrafos e economistas, entre outros. Pois, compreender a configuração do território sob o qual a sociedade está inserida se torna uma necessidade para pesquisadores em diversos segmentos e para órgãos de planejamento, tanto públicos quanto privados.

Por sinal, ao discutir a adoção de estudos que envolvem o território, Raffestin (1993, p. 58) pondera que “o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações”. Em outras palavras, o território seria o palco das mais variadas relações políticas, sociais e econômicas. Inclusive, Haasbaert e Limonad (2007, p. 44) salientam que “existe, assim, uma imensa gama de territórios sobre a superfície do globo terrestre e a cada qual

corresponde uma igualmente vasta diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdo específicos”. Em síntese, o território é composto por formas, objetos e ações, sinônimo de espaço habitado (SANTOS, SOUZA E SILVEIRA, 1998).

No entanto, o território, ao ser fragmentado para atender interesses diversos, entre eles o do capital e do Estado, passa por transformações na estrutura política, econômica e social, que vão interferir de forma direta e indireta no cotidiano, na dinâmica e na logística tanto da gleba que foi fragmentada quanto do território que “perde” (grifo nosso) tal espaço. Ou seja, assume proporções que ultrapassam a escala interna do município e alcançam escalas mais amplas.

Com vista a ampliar as discussões sobre a fragmentação do território do município de Anápolis, o presente artigo tem por objetivo compreender a configuração territorial a qual o município foi submetido desde sua emancipação, bem como as relações que prevalecem entre o município de Anápolis e os formados a partir da fragmentação do seu território.

Nessa perspectiva, Cunha (2009, p. 49) ressalta que “o crescimento econômico, acompanhado pelo crescimento populacional do município de Anápolis, desencadeou o processo de emancipação política dos seus principais distritos” (ver ilustração 01)

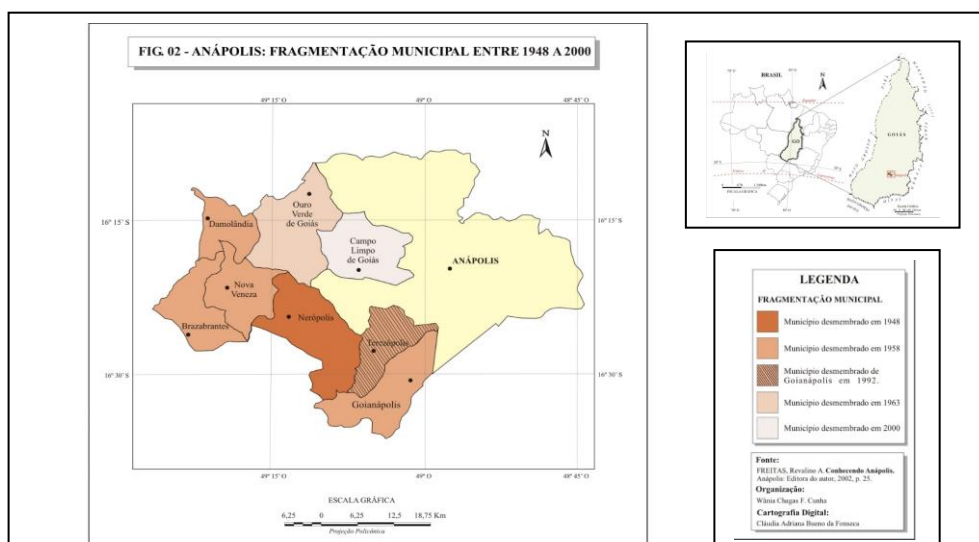


Ilustração 1: Fragmentação territorial do município de Anápolis(GO), entre 1948 e 2000

Fonte: CUNHA, W.C.F (2009, p. 48)



Nesse sentido, a escala municipal é significativa para estudos interdisciplinares, pois, vai desde a visibilidade de um espaço político de ação até as decisões concretas que resultam em políticas que impactam o território e a vida (CASTRO, 2005). E, no caso de Anápolis, tal escala propicia a leitura e compreensão de espaços mais nos quais o município se articula.

Definida a escala de estudo e o recorte temporal para a pesquisa, parte-se para a delimitação do problema a ser observado, estudado e examinado. Vale destacar que o município de Anápolis se destaca em Goiás, pois exerce um papel relevante para o desenvolvimento econômico, social e político do Estado. No contexto histórico, o município passa a ter uma identidade política própria na primeira década do século XX, a partir de sua emancipação política de Pirenópolis em 1907.

A fragmentação interna do município, por sua vez, iniciou na década de 1940, conforme ressalva Cunha (2009, p. 49) “a fragmentação municipal de Anápolis é bastante emblemática, visto que o Município perdeu um total de 65,03% do seu território. A área inicial do município em 1940 que era de 2.622 Km² e a atual que é de 917 Km²”.

Nesse sentido, a problemática principal do artigo em tela consiste em compreender a dinâmica que envolve a fragmentação territorial anapolina, bem como as relações econômicas, sociais e políticas existentes entre antigas áreas pertencentes ao município de Anápolis com o território anapolino definido após as fragmentações e emancipações.

Diante da problemática apresentada, levantamos os seguintes questionamentos: Quais as relações políticas, sociais e econômicas promovidas pela fragmentação territorial do Município de Anápolis (GO)? Como ocorreu o processo de fragmentação territorial do município de Anápolis? Como o espaço interurbano dos municípios fragmentados é produzido? Qual é a dinâmica interurbana entre Anápolis e os municípios fragmentados e emancipados a partir de seu território?

Para nortear a pesquisa, estabeleceu-se os seguintes objetivos: (geral) compreender o processo de fragmentação territorial ao qual o município de Anápolis



foi submetido desde sua emancipação, bem como as relações que prevalecem entre este e os municípios formados a partir da fragmentação do seu território.

(Específicos): Discutir o conceito de fragmentação territorial e de território, trazendo tal discussão para a escala municipal de Anápolis (GO); Analisar como o espaço urbano dos municípios fragmentados a partir do território de Anápolis são produzidos e como se articulam; Analisar a influência política, econômica e social da cidade de Anápolis em relação aos municípios fragmentados e emancipados.

Material e Métodos

Entre os principais procedimentos, destaca-se: a revisão bibliográfica, técnica e documental contínua, afim de expandir o referencial sobre categorias norteadoras da pesquisa; elaboração e aplicação de questionários e entrevistas com agentes públicos (prefeitos, subprefeitos, secretários municipais) e privados (representante de associação empresarial, sindicatos, entre outros); elaboração de banco de dados com mapas e imagens catalogadas sobre o território anapolino e dos novos municípios gerados da fragmentação territorial; tabulação e tratamento dos dados colhidos em campo; e concomitante com tais etapas, a elaboração do produto final (dissertação). Vale ressaltar que tais procedimentos serão realizados durante o período de vigência da pesquisa.

Resultados e Discussão

Com base nas discussões sobre o território, parte-se para uma breve e sucinta discussão sobre a fragmentação do mesmo, em escala nacional, posteriormente em uma escala estadual (de Goiás) e, por último em escala Municipal (Anápolis). A fragmentação do território brasileiro começa com a “chegada” (grifo nosso) dos portugueses, e partir de então, uma série de alterações foram realizadas. “A sequência da configuração territorial pode ser delineada a partir da seguinte forma: época de Colônia (capitanias hereditárias), período imperial (províncias) e atualmente como República ou Federação (unidades federativas ou Estados)” (SOARES e FAÇANHA, 2011, p. 223).

Sobre a fragmentação territorial em capitanias hereditárias, Moraes (2000, p. 411) ressaltar que “o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista



territorial: trata-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e de identidades sociais”.

Séculos depois, “com a independência, em 1822, a estrutura político-administrativa do Brasil foi redefinida. A Constituição de 1824, no Art. 2º, assinala a divisão do território brasileiro em Províncias, podendo serem subdivididas em municípios” (GOMES, 2015, p. 239). No entanto, em 1891, cada província passou a condição de Estado da Federação.

Apresentadas as principais fragmentações no território brasileiro, parte-se então para a análise da configuração e da fragmentação territorial de Goiás. O Estado de Goiás, assim como as demais unidades da federação brasileira passou por um intenso processo de povoação e de fragmentação territorial. Sobre o processo de povoação, afirma-se que “no fim do século XVII, o território de Goiás era suficientemente conhecido, tanto em São Paulo como em Belém. Os caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão” (PALACIN, 1994 p. 19).

Novas fragmentações territoriais no território goiano entram em cheque. Entre elas a disputa pela região de São Felix, que fica sob a posse de Goiás (1737); a elevação da Comarca de Goiás a condição de Capitania (1744); a divisão de Goiás em duas comarcas, uma ao norte, sediada em São João das Duas Barras e a outra sediada ao sul, em Vila Boa (1809); a perda de território de Desemboque e de Araxá para Minas Gerais (1816); e a elevação de Vila Boa a categoria de cidade (1818) (POLONIAL, 2004).

Outro processo de fragmentação do território em Goiás foi a tentativa pelo separatismo do norte de Goiás. Sobre tal processo, Polonial (2004, p. 45) assinala que

O norte de Goiás lutou pela sua emancipação, reivindicando a criação da Província da Palma, que correspondia a aproximadamente ao atual Estado do Tocantins. Liderados por Joaquim Teotônio Segurado- que era fiel às cortes portuguesas, tanto que era um dos representantes de Goiás em Portugal- no dia 14 de setembro de 1821 foi instalado o



governo do Norte com a capital em Cavalcante. A separação durou até 1823, quando, por decreto imperial, foi determinada a reunificação a Goiás, com a capital permanecendo em Vila Boa.

A partir de então, houve alterações significativas no território goiano, com a elevação de povoados a categoria de vila e de vila a categoria de cidade, o que eventualmente ocasionariam novas fragmentações territoriais e/ou alterações. Outros movimento também promoveram alterações no que diz respeito a fragmentação territorial goiana, entre eles a macha para o oeste, implementada a partir da década de 1930, movida por interesses capitalistas e políticos implementados no processo de interiorização, buscando a construção de novas cidades e de novos territórios (MORAES, 2006).

A transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia foi outro marco na fragmentação territorial de Anápolis. Além de tal fator, a construção em 1956, do que se tornaria a nova Capital Federal (Brasília) também influenciou na dinâmica territorial de Anápolis. Sobre tal ação, afirma-se que “a construção de Brasília, como um centro político nacional numa política territorial, formal ou não, deve ser entendida como um conjunto complexo de programas e ações dirigidas para a eliminação de obstáculos à total socialização do espaço” (MORAES, 2006 p. 85).

Sobre tal processo no território goiano, Barreira e Teixeira (2006, p. 06) afirmam que:

A reestruturação territorial do Estado de Goiás foi profunda, com intenso processo de incorporação de terras e criação de novos municípios. No período 1960/1970 ocorreu uma redivisão territorial acentuada — em 1950 o Estado contava com 63 municípios, em 1960 eram 146 e em 1970 o número sobe para 169. Em 1980, diminuiu o ritmo desta redivisão, pois havia 173 municípios, em 1990 são 211 e em 2000 o total de 242. Deste processo de reestruturação territorial, fez parte a criação do Estado do Tocantins em 1986, dividindo-se o Estado de Goiás ao meio.

A fragmentação territorial goiana propicia o “processo de criação de municípios uma vez que mais da metade dos municípios existentes hoje no Estado

de Goiás foram criados entre as décadas de 30 e 50 (BARREIRA e TEIXEIRA, 2006 p. 06). De acordo com Neto (2002, p. 38) “Goiás já tinha nascido dividido não só pelos interesses de território mais estratégicos (Mato Grosso), mas principalmente pelas dificuldades apresentadas pela sua imensa espacialidade e seu fraco povoamento e ocupação”.

Tal apontamento de Neto (2002) pode ser exemplificado pela necessidade de fragmentação do território goiano para a criação do Estado do Tocantins em 1988, pois “o Estado povoou-se dentro dessa diversidade e, nesse particular, o sul foi mais privilegiado, porque, dadas as ligações preferenciais com a região *core* do País” (NETO, 2002 p. 38) visto sua proximidade com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No entanto, fragmentação territorial e a criação do Estado do Tocantins não ocasionou grandes alterações na estrutura goiana, visto que os aspectos econômicos concentravam-se ao sul do Estado.

Em uma escala municipal, chega-se à análise da fragmentação territorial municipal de Anápolis. Na visão de Freitas (1995) o processo de fragmentação fez com que o município perdesse seu espaço territorial ao longo do tempo. Originalmente, sua área territorial era de 2.096,5 Km², mas essa área foi reduzida para 1.078,2 Km² Tal redução ocorreu em razão da criação de novos municípios, emancipando distritos que pertenciam a Anápolis.

De acordo com Freitas (1995, p. 17) a fragmentação e “o desmembramento de Anápolis ocorreu em três dos quatro surtos emancipatórios ocorridos em Goiás, após o fim do Estado Novo”. Com o primeiro processo emancipatório, criou-se Nerópolis. O segundo processo emancipatório que afetou diretamente Anápolis ocorreu em 1958, quando quatro distritos foram elevados a municípios. (Ver ilustração 02)

Criação do Município	Data	Lei
Nerópolis	03/08/1948	Estadual nº 104
Nova Veneza	14/11/1958	Estadual nº 2095
Damolândia	14/11/1958	Estadual nº 2190
Brasabrantês	14/11/1958	Estadual nº 2090
Goianápolis	14/11/1958	Estadual nº 2142

Figura 2: Municípios criados a partir da fragmentação territorial de Anápolis

Fonte: FREITAS, R.A. (1995)

Organização própria (2017)

No ano de 1963, criou-se então o município de Ouro Verde de Goiás, através da Lei Estadual número 4.592, de 01 de outubro do mesmo ano, que emancipou o distrito de Boa Vista do Matão. Outra perda territorial para Anápolis foi, de acordo com o IBGE (2013), o desmembramento do distrito de Rodrigues Nascimento, pela Lei Estadual número 13.133 de 21 de julho de 1997 dando origem a Campo Limpo de Goiás.

Considerações Finais

O processo de fragmentação do município de Anápolis apresenta um paradoxo interessante para ser explorado, pois, a redução do território não influenciou, aparentemente, na sua trajetória econômica, social e política. Uma vez que mesmo com a fragmentação territorial do município e a emancipação política de alguns distritos, Anápolis continuou com uma posição de comando regional, conforme aponta Luz (2009).

Diante da pesquisa realizada, pondera-se que para compreender o processo de fragmentação territorial do Município de Anápolis, bem como analisar a possibilidade de fragmentações futuras, é necessário considerar território municipal em um sistema de redes, pois Anápolis e os municípios que foram fragmentados a partir de seu território continuam com forte relação, seja ela política, econômica e/ou social. A pesquisa, na sua próxima etapa observando a legislação vigente que rege o processo de emancipação e de fragmentação territorial fará uma análise sobre possíveis fragmentações no território anapolino.

Agradecimentos

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pela bolsa de mestrado concedida, além daqueles que, de forma direta ou indireta contribuem com o bom andamento da pesquisa.

Referências

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; TEIXEIRA, Renato Araújo. Reestruturação e fragmentação das cidades regiões na dinâmica espacial goiana: um olhar sobre o entorno de Brasília. **II encontro de grupos de pesquisa**. Uberlândia, 2006. Disponível <http://w3.ufsm.br/engrup/iengrup/pdf/t60.pdf> Acesso em 16 jun 2017.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escala de ação e instituição**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2005.

CUNHA, W.C.F. **Dinâmica Regional e estruturação do espaço intraurbano**: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990. Dissertação de mestrado, UFG, GO. Goiânia, 2009.

FREITAS, R.A. **Anápolis**: passado e presente. Anápolis, Voga 1995.

GOMES, R.C.C. A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015. <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7245> Acesso em 12 jun 2017.

HAESBAERT, R e LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-20, 1º. sem., 1999 Disponível em http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf Acesso em 10 jun 2017

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In **Geographia**, Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ UFF, 1999 p 15-39. Disponível em <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2015/11/haesbaert-regic3a3o-diversidade-territorial-e-globalizac3a7c3a3o.pdf> Acesso em 08 jun 2017

LUZ, J.S. **A produção do espaço de Anápolis/GO**: A trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009. 2009. Tese de doutorado. UFU, Uberlândia, MG, 2009.

MARIANI, M.A.P; ARRUDA, D. O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. **48º Congresso Sober**. Campo Grande, p 01-18, 2010. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf> Acesso em 14 jun 2017

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo, Hucitec, 2000.

NETO, Antônio Teixeira. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In ALMEIDA, Maria Geralda de. (Orgs). **Abordagens geográficas de Goiás**: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia, Ed UFG, 2002, p 11-46.

PALACIN, L. **O século do Ouro em Goiás**. 4ª edição. Goiânia: Editora da UCG, 1994.



POLONIAL, Juscelino. **Terra do Anhanguera: história de Goiás**. 2ª ed. Goiânia, Kelps, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v 2, nº 18, p 24-42. Ano 10, 2º semestre de 2008. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> Acesso em 11 jun 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, Ed Outras expressões, 2013.

SANTOS, Milton; SOUZA, M^a Adelia A de; SILVEIRA, M^a Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação**. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Edivan Carvalho; FAÇANHA, Antônio Cardoso. A redivisão dos Estados no território brasileiro. In **Revista FSA**. Teresina, 2011. Disponível em: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/460/239> Acesso em 16 jun 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.